



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Avenida Theotônio Segurado AANE 40 - Bairro Plano-Diretor Norte - CEP 77006-332 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
QI-01 Lote 03

Edital Nº 116 / 2023 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 033, de 2023 – SEI Nº 23.0.000002749-9

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no **VI SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E VII ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCs)**, a se realizar no dia 17 de março de 2023, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: VI Seminário Sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e VII Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs)

Objetivo: Capacitar e aprimorar os(as) participantes para que possam contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, voltadas à solução de conflitos, fomentar à autocomposição e o uso de seus métodos.

Período de inscrições: As inscrições ocorrerão no período de 7 a 17 de março de 2023

Inscrições: As inscrições serão realizadas por meio do Sistema Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), e o *link* será disponibilizado no Portal da Esmat.

Os(As) participantes matriculados(as) nas cidades do interior do Tocantins e demais regiões terão acesso à transmissão do Evento no *link* será disponibilizado no Portal da Esmat.

Os(As) participantes matriculados(as) em Palmas deverão participar de forma presencial no Auditório da Esmat para registro da frequência.

Públicos-Alvo: Magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense; Conciliadores(as) e mediadores(as) credenciados(as) no Nupemec; Facilitadores(as) Restaurativos(as) credenciados(as) no Nupemec; Membros do Ministério Público, OAB e Defensoria Pública do Estado do Tocantins; Professores(as) da rede de ensino estadual e do município de Palmas; Professores(as) das Universidades conveniadas com a Esmat; Servidores(as) da SSP, PM, PC, Polícia Científica, CBM, SECIJU e SEDUC; Tabeliães(ãs) e registradores(as) do Estado do Tocantins; Estudantes e comunidade em geral

Carga horária: 9 horas-aula

Modalidade: Híbrido

Local: Plataforma Virtual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

2. VAGAS:

2.1 Quantidade de Vagas:

300 presencial;

700 EaD

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Serem magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense;

3.2 Serem conciliadores(as) e mediadores(as) credenciados(as) no Nupemec;

3.3 Serem facilitadores(as) restaurativos(as) credenciados(as) no Nupemec;

3.4 Serem membros do Ministério Público, OAB e Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

3.5 Serem professores(as) da rede de ensino estadual e do município de Palmas;

3.6 Serem professores(as) das Universidades conveniadas com a Esmat;

3.7 Serem servidores(as) da SSP, PM, PC, Polícia Científica, CBM, SECIJU e SEDUC;

3.8 Serem tabeliães(ãs) e registradores(as) do Estado do Tocantins;

3.9 Serem estudantes e da comunidade em geral;

4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os(As) inscritos(as) deverão participar das atividades programadas, conforme descrição no item 5 deste Edital;

4.2 Os(As) alunos(as) deverão cumprir no mínimo 75% de frequência, para certificação;

4.3 Não haverá aferição de nota aos alunos e às alunas;

4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do Evento, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) inscritos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato

4.5 Frequência

4.5.1 Modalidade Presencial

4.5.1.1 A frequência dos(as) participantes na modalidade presencial serão registradas por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período. Quando não for possível a verificação da frequência pelo leitor do código de barras, poderá haver lista de presença, a qual deverá ser assinada exclusivamente pelo(a) aluno(a);

4.5.2 Modalidade EaD

4.5.2.1 A frequência dos(as) participantes das cidades do interior do Tocantins e demais regiões será computada no momento em que o(as) participante efetuar o seu *login* de acesso no Sistema Acadêmico Virtual (SAV), para assistir à transmissão do Evento, *link* este que será disponibilizado, no Portal Esmat, para acesso na data do Evento;

4.5.2.2 Problemas de acesso à Plataforma da Esmat devem ser remetidos à equipe da Secretaria Acadêmica da Escola pelo e-mail: saesmat@tjto.jus.br ou pelo telefone: (63) 3218-4256.

5. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO

VI SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E VII ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCs)

Data	Programação	Estrutura
Dia 17 de março de 2023	Das 8h às 8h30	Credenciamento
	Das 8h30 às 9h	Abertura do Evento Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins Desembargadora Angela Issa Hanoat Coordenadora do Cejusc 2º Grau Desembargador Marco Villas Boas Diretor da Esmat Juíza Silvana Maria Parfieniuk

	<p>Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)</p> <p>Juíza Odete Dias Almeida Presidente da Associação de Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO)</p>
Das 9h às 9h45	<p>Tema 1: Relevância da Política de Tratamento Adequado de Conflitos e do Adequado Funcionamento dos Cejuscs para o Acesso à Ordem Jurídica Justa.</p> <p>Palestrante: Desembargador Kazuo Watanabe Tribunal de Justiça de São Paulo</p> <p>Coordenadora de Mesa: Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe</p>
Das 9h45 às 10h	<p>Interatividade com os participantes por meio de perguntas.</p>
Das 10h às 10h45	<p>Tema 2: Os desafios do Fonamec pós o período pandêmico.</p> <p>Palestrante: Juiz Gildo Alves de Carvalho Filho Presidente do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação - Fonamec</p> <p>Coordenadora de Mesa: juíza Silvana Maria Parfieniuk</p>
Das 10h45 às 11h	<p>Interatividade com os(as) participantes por meio de perguntas.</p>
Das 11h às 11h45	<p>Tema 3: Principais Desafios da Implementação da Justiça Restaurativa</p> <p>Palestrante: Juiz Richardson Xavier Brant Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais</p> <p>Coordenadora de Mesa: juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi</p>
Das 11h45 às 12h	<p>Interatividade com os participantes por meio de perguntas.</p>
Das 12h às 13h45	<p>INTERVALO PARA O ALMOÇO</p>
Das 14h às 14h45	<p>Tema 4: Soluções alternativas de conflitos, desjudicialização, cidadania e interinstitucionalidade</p>

	<p>Palestrante: Conselheiro Marcello Terto e Silva</p> <p>Conselho Nacional de Justiça - CNJ</p> <p>Coordenadora de Mesa: Desembargadora Angela Maria Prudente</p>
Das 14h45 às 15h	Interatividade com os participantes por meio de perguntas.
Das 15h às 15h45	<p>Tema 5: O tratamento adequado de Conflitos nas Demandas decorrentes do Superindivíduo</p> <p>Palestrante: Juiz Alexandre Abreu</p> <p>Tribunal de Justiça do Maranhão</p> <p>Coordenador de Mesa: Juiz Márcio Soares da Cunha</p>
Das 15h45 às 16h	Interatividade com os participantes por meio de perguntas e intervalo
Das 16h às 16h15	INTERVALO
Das 16h15 às 17h	<p>Tema 6: Mediação e Judiciário: boas práticas e desafios</p> <p>Palestrante: Advogada Daniela Monteiro Gabbay</p> <p>Doutora pela USP com atuação nas áreas de solução de disputas, mediação e arbitragem</p> <p>Coordenadora de Mesa: Advogada Priscilla Madruga Ribeiro</p>
Das 17h às 17h10	Interatividade com os(as) participantes por meio de perguntas
Das 17h10 às 17h55	<p>Mesa Redonda: Cejuscaf e o papel do Poder Judiciário para o desenvolvimento social e econômico.</p> <p>Palestrantes: Desembargadora Ângela Issa</p> <p>Juíza Silvana Maria Parfieniuk</p> <p>Juiz Wellington Magalhães</p>

	Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior Procuradora do Estado Ana Flávia Ferreira Cavalcante
Das 17h55 às 18h10	Interatividade com os(as) participantes por meio de perguntas
18h10	Encerramento
Carga Horária Total do Evento	8 horas

5.1 PALESTRANTES

5.1.1

Nome	Kazuo Watanabe
Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Universidade de São Paulo, 1959. Mestre em Direito, pela Universidade de São Paulo, 1978. Doutor em Direito, pela Universidade de São Paulo, 1985. Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Processo Coletivo, Políticas Públicas, Controle Jurisdicional, Solução de Conflitos e Código de Proteção e Defesa do Consumidor. (Texto informado pelo autor)

5.1.2

Nome	Gildo Alves de Carvalho Filho
Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Universidade Federal do Amazonas, 1988. Mestre em Mediação e Negociação, pela Universidade de Kurt Bosch, UKB, Suíça, 2014. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Titular da 8ª Vara de Família da Comarca de Manaus. Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC-TJAM). Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos Polo Avançado. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seccional Amazonas. Mediador Judicial. Instrutor do Curso de Mediação Judicial. ID Lattes: 9380840406439167 (aguardando validação do professor)

5.1.3

Nome	Richardson Xavier Brant
Síntese do Currículo	Exerce a Judicatura, desde 1997. Atualmente no cargo de juiz de direito de entrância especial, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Desde 2020, é juiz titular da Vara de Execução Penal e Inquéritos da Comarca de Montes Claros. Exerce a função de juiz coordenador do Cejusc Montes Claros, desde 2015. Exerce a função de presidente da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais de Montes Claros, na qual atua como membro, desde 2004. Membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), desde 2020. Exerceu, entre os anos de 1993 a 1997, a Advocacia e o cargo de promotor de justiça, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Exerceu as funções do Ministério Público Eleitoral, em 1996, e depois de juiz eleitoral, desde 1998. É doutor, 2022, e mestre, 2006, em Desenvolvimento Social, pela Universidade Estadual de Montes Claros. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Estadual de Montes Claros, 1992. É professor de Educação Superior – PES IV, da Universidade Estadual de Montes Claros. Foi sócio fundador das Faculdades Santo Agostinho de Montes Claros (MG), atual AFYA. Funcionou como editor da Revista F@SAJUS e do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Estudos Jurídicos até o ano de 2019. É associado e membro coidealizador e cofundador da Associação de Letras Jurídicas de Montes Claros. É cofundador e coidealizador da Revista Ultracontinental de Letras Jurídicas. Atua colaborando em programas de assistência social às pessoas em situação de rua e aos catadores de resíduos sólidos, em Montes Claros, e na reinserção social de reeducandos do sistema prisional na APAC em Montes Claros.

5.1.4

Nome	Marcello Terto e Silva
-------------	-------------------------------

Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, 1999. Pós-Graduado <i>Lato Sensu</i> “Ordem Jurídica e Ministério Público” (FESMPDFT). Pós-Graduado em Advocacia Pública (IDDE) e Pós-Graduado em Civil e Processo Civil (Cândido Mendes). Procurador do Estado de Goiás (licenciado), atualmente é conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; presidente da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Justiça Militar nos âmbitos federal e estadual. Membro da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e Vulneráveis, e da Comissão Nacional de Solução Adequada de Conflitos do CNJ. Coordenador do Grupo de Trabalho de Combate à Litigância Predatória Associativa. Tem experiência nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Processual Civil e Controle de Contas.
-----------------------------	---

5.1.5	
Nome	Alexandre Lopes de Abreu
Síntese do Currículo	Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a partir de 1997. Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (NUPEMEC/TJMA), 2012-2022. Membro do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), 2014-2022. Presidente do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), 2019-2020. Membro do Conselho Consultivo do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), 2022-2024. Instrutor com Formação, pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), a partir de 2018. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), a partir de 2019. Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil. Especialista em Direito Constitucional. MBA em Poder Judiciário, pela FGV. Mestrando em Ciências Sociais, pela ESMAM/PUC Minas 2021-2023. http://lattes.cnpq.br/0503196152685034

5.1.6	
Nome	Daniela Monteiro Gabbay
Síntese do Currículo	Professora de Processo Civil, Mediação e Arbitragem da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV). Mestre e Doutora, pela Universidade de São Paulo (USP). Foi <i>visiting fellow</i> na Universidade de Yale (EUA) e na London School of Economics and Political Science (UK). É <i>fellow</i> no Ciarb (Chartered Institute of Arbitrators). Atua como mediadora, árbitra e parecerista. CV integral disponível em http://lattes.cnpq.br/4676000874573605

5.1.7	
Nome	Angela Issa Haonat
Síntese do Currículo	Pós-Doutora em Los Retos Del Derecho Publico, pela Universidade de Santiago de Compostela, 2019. Doutora em Direito do Estado, com ênfase em Direito Constitucional, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Mestre em Direito, 2004, pela Universidade Metropolitana de Santos, com ênfase em Direitos Difusos. Especialista em Direito Ambiental (FSP/USP). Especialista em Direito Penal (EPM). Especialista em Direito dos Contratos (CEU). MBA Internacional em Gestão Ambiental (PROENCO). Professora da Graduação (Direito Ambiental e Direito Constitucional). Atuou na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins, 2014-2021. Membro da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC). Membro do Conselho Editorial da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Diretora Adjunta da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

5.1.8	
Nome	Silvana Maria Parfieniuk
Síntese do Currículo	Graduada em Direito, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1987. Especialista em Direito Processual Civil, pela Universidade Tiradentes de Aracaju-SE, e em Direito Constitucional, pela Universidade Federal do Estado do Tocantins (UFT). Mestranda do VIII Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. É magistrada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, atualmente titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Palmas. Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC), da Comarca de Palmas. Membro do Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins (CEMAS-TO); membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-TO). Já exerceu as funções de juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins, juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, coordenadora estadual da Infância e Juventude do

Estado do Tocantins; coordenadora da Central de Execuções Fiscais da Comarca de Palmas-TO; e coordenadora do programa de Governança diferenciada das Execuções Fiscais do Conselho Nacional de Justiça. OBS.: Possui curso de Formadores de Formadores – FOFO/ENFAM.

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/5922818071271087>

5.1.9

Nome

Wellington Magalhães

Síntese do Currículo

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). Membro do Comitê Técnico de Formação e Pesquisa da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Tutor de ensino à distância do Centro de Aperfeiçoamento e Formação de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD/CNJ). Professor e coordenador de cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Mestre em Direito Constitucional, pela Universidade de Coimbra, Portugal (FDUC). Especialista em Direito Tributário, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), e em Direitos Humanos, pelo Ius Gentium Conimbrigae - Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (IGC/FDUC). Foi advogado militante em Brasília-DF; professor do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB); e procurador do Município de Manaus-AM (PGM/Manaus). Possui curso de Formação de Formadores, pela Enfam.

5.1.10

Nome

José Maria da Silva Júnior

Síntese do Currículo

Graduado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1989. Especialista em Direito Processual Civil, pela Universidade Tiradentes, 1996. Especialista em Administração e Planejamento para Docentes, pela Universidade Luterana do Brasil, 2000. Mestre em Ciências do Ambiente, pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, 2005. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

5.1.11

Nome

Ana Flávia Ferreira Cavalcante

Síntese do Currículo

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2004). Pós graduada em Direito Processual Civil, Direito Agrária e direito ambiental. Procuradora do Estado do Tocantins desde 2008, com atuações na subprocuradoria do meio ambiente e patrimônio imobiliário. Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Tocantins no biênio 2020/2022

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital;

6.2 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do Evento, porventura suscitados, deverão ser encaminhados à Coordenação do Evento



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 07/03/2023, às 06:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4911541** e o código CRC **515AE0F6**.